



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência apresenta desempenho de destaque no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes, segurados e beneficiários e a sólida posição conquistada no mercado.

Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 20,67% do mercado e deteve 18,62% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2021.

A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, detinha 22,83% do total do mercado, conforme divulgação pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), em dezembro de 2021.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

A Bradesco Vida e Previdência apresentou, no exercício de 2021, Lucro Líquido de R\$ 1,803 bilhão (R\$ 2,687 bilhões exercício de 2020). O Patrimônio Líquido somou R\$ 4,453 bilhões, representando uma rentabilidade de 39,43% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2021, R\$ 29,158 bilhões (R\$ 26,118 bilhões no exercício de 2020). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 9,536 bilhões (R\$ 8,031 bilhões no exercício de 2020).

As Provisões Técnicas cresceram 2,55%, somando R\$ 264,327 bilhões (R\$ 257,746 bilhões no exercício de 2020), e as aplicações financeiras 0,81%, atingindo R\$ 269,059 bilhões (R\$ 266,906 bilhões no exercício de 2020).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Vida e Previdência, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Valor Justo por meio do Resultado (Negociação), Disponível para Venda e Mantidos até o Vencimento, conforme normas contábeis em vigor. De acordo com essas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência vem contribuindo para disseminar a cultura de proteção e poupança de longo prazo através dos seus produtos de Seguros de Vida e Previdência Complementar. Atenta às recentes transformações do mercado e, visando uma melhor experiência dos seus segurados e participantes, destacam-se as principais ações:

No ramo de Previdência Complementar Aberta, o exercício de 2021, teve como tônica a dinamização da oferta de plano de previdência complementar individual e empresarial, através da modernização do sistema utilizado para a comercialização do produto.

A contratação de propostas empresariais tornou-se totalmente digital, eliminando a utilização de qualquer tipo de formulário e tornando o processo muito mais dinâmico e rápido, atendendo à demanda atual do mercado, assim como à celeridade de processos.

A contratação de planos individuais ganhou robustez e modernidade com a possibilidade de contratação da carteira recomendada de previdência complementar em um *click* e a possibilidade de rebalanceamento de produtos em uma jornada única, além do acompanhamento dos *portfolios* dos clientes e de suas *performances*. As melhorias objetivam elevar o patamar de oferta e atendimento aos clientes, que em cenários econômicos adversos, necessitam de maior diversificação e acompanhamento de sua carteira de produtos de previdência complementar.

No autoatendimento o cliente passa a contar com maior detalhamento da sua carteira de produtos, além da expansão dos serviços de manutenção disponíveis para o autosserviço.

Além dos avanços atingidos, seguimos com o movimento de expansão e sofisticação da grade de produtos individuais e empresariais, sempre com o foco na maior diversidade de fundos e com respeito ao perfil de risco do cliente, com destaque ao primeiro fundo multigestor de Crédito Privado disponível no mercado segurador, bem como aos produtos ESG, que são baseados em pilares sustentáveis e norteiam boas práticas corporativas, além dos produtos globais que viabilizam o acesso a ativos internacionais, sem exposição cambial, viabilizando diversificação setorial e geográfica à investidores gerais e qualificados.

Os processos e grade de produtos modernizados estimularam o processo de assinatura digital e venda remota 100% *on-line*, assim como fomentaram a implementação de ofertas ativas através de ações comerciais e de relacionamento, contribuindo com o fortalecimento do relacionamento com o cliente da Bradesco Vida e Previdência.

No ramo de Seguros de Pessoas, reforçando a importância do planejamento e atendimento de necessidades dos clientes, no exercício de 2021, a Bradesco Vida e Previdência lançou o Vida Viva Bradesco com coberturas e assistências personalizáveis; ampliou a oferta do Novo Top Clube Bradesco com jornada 100% digitais; e lançou o Seguro Viagem com cobertura para COVID-19, sendo eleito pela PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor como melhor produto de Seguro Viagem.

Além disso, estamos renovando todo o processo de atendimento dos segurados e beneficiários, através da disponibilização de autosserviço para gestão das apólices de seguros, como por exemplo, alterações dos contratos, alteração de beneficiários, faturamento,

aceite digital, envio dos documentos de forma digital e cancelamento. Ainda temos evoluído o processo de abertura de sinistro com o objetivo de agilizar o processo de indenização.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acurramento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Vida e Previdência observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, sejam as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de Compliance atua na captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos e controles consistentes, aplicados no devido monitoramento das operações, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos pela Organização Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de Compliance, através do acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acurramento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Considerando os requerimentos definidos pelos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Bradesco Vida e Previdência reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e de seus clientes, com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados (pessoais e sensíveis), dentro e fora da Organização. Sendo assim, a Bradesco Vida e Previdência tem acompanhado de forma bastante presente as demandas dos reguladores e as necessidades dos clientes, apoiando-se nas boas práticas de mercado para melhoria da qualidade, transparência e proteção aos dados por meio de processos consistentes e confiáveis, que endereçam os requerimentos legais durante todo o ciclo de tratamento, consumo e expurgo de dados e, com isso, permitem um foco especial à governança de dados e segurança da informação.

Premiações

No exercício de 2021, a Bradesco Vida e Previdência recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Prêmio Consumidor Moderno, na categoria Seguro de Vida;
- Prêmio Marcas de Confiança, na categoria Marca Mais Lembrada;
- Prêmio Marcas de Quem Decide, na categoria Marca Mais Lembrada;
- Prêmio Segurador Brasil, nas categorias Previdência Privada e Melhor Desempenho Global;
- Prêmio Top Of Mind RS, na categoria Marca Mais Lembrada; e
- Pelo 2º ano consecutivo, conquistou o prêmio "O Melhor de São Paulo 2021", da revista são paulo, do Grupo Folha, na categoria Serviços.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 22 de fevereiro de 2022.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		215.161.293	227.005.712
Disponível		205.431	74.904
Caixa e bancos		205.431	74.904
Aplicações	4	214.154.985	226.164.372
Créditos das operações com seguros e resseguros		231.257	265.173
Prêmios a receber	6	221.450	252.593
Operações com seguradoras		8.809	2.650
Operações com resseguradoras	7	998	9.930
Outros créditos operacionais		171.629	203.697
Ativos de resseguro e retrocessão		23.809	18.431
Títulos e créditos a receber		343.855	249.853
Títulos e créditos a receber		326.744	235.842
Créditos tributários e previdenciários	9.a	16.587	13.683
Outros créditos		524	328
Despesas antecipadas		955	4.309
Custo de aquisição diferidos		29.372	24.973
Seguros	15.c	29.372	24.973
ATIVO NÃO CIRCULANTE		56.639.621	41.162.472
Realizável a longo prazo		56.469.070	41.024.210
Aplicações	4	54.906.102	40.745.723
Ativos de resseguro e retrocessão		7	6.168
Títulos e créditos a receber		1.533.513	270.747
Créditos tributários e previdenciários	9.a	1.168.052	-
Depósitos judiciais e fiscais	16.b	362.937	268.513
Outros créditos operacionais		2.524	2.234
Outros valores e bens		8	23.287
Investimentos		2.553	2.553
Outros investimentos		2.553	2.553
Imobilizado		6.735	7.640
Bens móveis		3.198	3.219
Outras imobilizações		3.537	4.421
Intangível		161.263	128.069
Outros intangíveis	10	161.263	128.069
Total do ativo		271.800.914	268.168.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		13.746.869	10.035.155
Contas a pagar		2.077.629	641.653
Obrigações a pagar	11	1.335.277	274.834
Impostos e encargos sociais a recolher	12	241.322	148.481
Encargos trabalhistas		6.222	5.480
Impostos e contribuições	13	491.818	210.396
Outras contas a pagar		2.990	2.462
Débitos de operações com seguros e resseguros		172.536	220.972
Prêmios a restituir		15.286	21.943
Operações com seguradoras		14.014	48.580
Operações com resseguradoras	7.c	13.058	12.633
Corretores de seguros e resseguros		116.511	124.050
Outros débitos operacionais		13.667	13.766
Débitos de operações com previdência complementar		4.084	2.152
Contribuições a restituir		4.082	2.151
Outros débitos operacionais		2	1
Depósitos de terceiros		14	82.371
Provisões técnicas - Seguros		15.a	8.114.463
Danos		2.334	2.423
Pessoas		2.765.489	2.427.275
Vida individual		5.135.889	3.525.346
Vida com cobertura por sobrevivência		210.751	247.910
Provisões técnicas - Previdência complementar		15.a	3.290.109
Planos não bloqueados		2.875.547	2.523.244
PGBL/PRGP		414.562	348.093
Outros débitos		5.677	-
Débitos diversos	16.c	5.677	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		253.600.929	250.653.013
Contas a pagar		-	1.195.620
Tributos diferidos	9.b	-	1.195.620
Provisões técnicas - Seguros		15.a	187.978.533
Pessoas		3.745.185	2.872.899
Vida individual		8.620.001	6.897.248
Vida com cobertura de sobrevivência		175.613.347	178.080.939
Provisões técnicas - Previdência complementar		15.a	64.943.541
Planos não bloqueados		26.599.303	23.363.825
PGBL / PRGP		38.344.238	37.456.622
Outros débitos		678.855	785.860
Instrumentos financeiros derivativos	4	2.582	4.484
Provisões judiciais	16.a	657.653	781.376
Débitos diversos	16.c	18.620	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17	4.453.116
Capital social		3.000.310	2.863.665
Reservas de lucros		1.765.353	1.788.971
Ajustes de avaliação patrimonial		(312.547)	2.827.380
Total do passivo e patrimônio líquido		271.800.914	268.168.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos		9.536.010	8.030.520
Contribuições para cobertura de riscos		685.217	710.773
Variações das provisões técnicas de prêmios		(4.812.036)	(3.785.313)
Prêmios ganhos	22.a	5.409.191	4.955.980
Sinistros ocorridos	22.b	(2.873.133)	(1.800.745)
Custos de aquisição	22.c	(850.378)	(784.628)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	14.184	(217.976)
Resultado com operações de resseguro	22.e	(12.266)	(8.960)
Receita com resseguro		7.820	8.732
Despesa com resseguro		(20.086)	(17.692)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		5.824	9.488
Rendas de contribuições e prêmios	22.f	28.472.591	25.407.718
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(28.466.767)	(25.398.230)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	22.g	1.767.172	1.875.701
Variação de outras provisões técnicas		(60.591)	182.206
Custos de aquisição	22.c	(21.950)	(43.404)
Outras receitas e despesas operacionais	22.h	(709.200)	48.442
Despesas administrativas	22.i	(799.306)	(743.379)
Despesas com tributos	22.j	(261.792)	(296.003)
Resultado financeiro	22.k	1.433.397	1.217.886
Resultado operacional		3.041.152	4.394.608
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(876)	(44.841)
Resultado antes dos impostos e participações		3.040.276	4.349.767
Imposto de renda	22.l	(678.515)	(1.026.993)
Contribuição social	22.l	(548.181)	(629.952)
Participações sobre o resultado		(10.863)	(6.167)
Lucro líquido do exercício		1.802.717	2.686.655
Quantidade de ações		193.707	193.699
Lucro líquido por ação - R\$		9.306,41	13.870,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.802.717	2.686.655
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(5.189.876)	(511.263)
Diferimento do Ajuste a valor justo de ativos financeiros reclassificados para categoria de mantidos até o vencimento	(43.335)	(139.124)
Efeito dos impostos	2.093.284	260.155
Total do resultado abrangente do exercício	(1.337.210)	2.296.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado antes dos impostos e participações	3.040.276	4.349.767
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	38.719	34.062</



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução/aumento de capital (em aprovação)	Reservas de Lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.863.665	-	572.733	594.583	3.217.612	-	7.248.593
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(390.232)	-	(390.232)
Dividendos pago conforme ata de 27.02.2020 (R\$ 3.069,62 por ação)	-	-	-	(594.583)	-	-	(594.583)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.686.655	2.686.655
Dividendos pagos conforme atas de reunião de diretoria de 27.02.2020; 30.06.2020 e 28.12.2020 (R\$ 6.997,54 por ação)	-	-	-	-	-	(1.355.417)	(1.355.417)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 593,70 por ação)	-	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	-	(1.216.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.863.665	-	572.733	1.216.238	2.827.380	-	7.480.016
Aumento de capital em aprovação conforme AGOE 29.03.2021	-	136.335	(136.335)	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação conforme AGE 24.05.2021	-	310	-	-	-	-	310
Portaria SUSEP nº 40 de 15.07.2021	310	(310)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 272 de 21.07.2021	136.335	(136.335)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(3.139.927)	-	(3.139.927)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.802.717	1.802.717
Dividendo pago conforme ata de reunião de diretoria de 03.08.2021 (R\$ 7.743,65 por ação)	-	-	-	(1.216.238)	-	(283.762)	(1.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 980,86 por ação)	-	-	-	-	-	(190.000)	(190.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	90.136	1.238.819	-	(1.328.955)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000.310	-	526.534	1.238.819	(312.547)	-	4.453.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 Forte – Barueri - São Paulo.

O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração da Brades Seguros Participações S.A. (Controladora da Bradesco Seguros) em 22 de fevereiro de 2022.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 14 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 15 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais segmentados conforme fluxos futuros projetados.

e. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência estão descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Título privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/ marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros e de indexadores (índices de preços) dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber", "Outros créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável (impairment) de recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores a redução ao valor recuperável é feito quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos. No caso das recuperações de conseqüente, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias. Para bens, títulos e outros valores a receber é reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

h. Outros valores e bens

Ativos de direito de uso

Em 22 de setembro de 2020 foi publicada a circular SUSEP 615 que altera a circular 517 de 30 de julho de 2015, aprovando as disposições do CPC 06 (R2) efetuando principalmente definições de contas específicas para registros das operações de Arrendamento Mercantil com entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Para as operações de arrendamento mercantil a Companhia avalia a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos. A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

A Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

j. Ativos intangíveis

i. Softwares

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de softwares são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

k. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de impairment desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

l. Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, e as despesas com agenciamentos realizados no período de doze meses.

m. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

n. Provisões técnicas

i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de conseqüentes, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (improvement), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP. Improvement é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação de passivo foi calculado conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (Improvement), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ – elaboradas pela Fenaprevi) livre de risco e autorizadas pela SUSEP. Improvement é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP).





Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão "Outras provisões técnicas (OPT)" refere-se à diferença entre o cálculo das provisões matemáticas, realizado com premissas realistas, à época, aprovadas pela autarquia em 2004, e o cálculo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas do produto.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL)	BR-EMS	0%	0%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco	AT83 e CSO-58	2% a 3%	10% a 30%

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP.

A sinistralidade média projetada foi de 40,36% para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2011. O resultado do teste de adequação de passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021, apresentou uma insuficiência que, em atendimento à Circular SUSEP 543/16, foi integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento". Para os produtos de previdência complementar aberta e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52, parágrafo 7º da presente Circular.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM (empresa ligada) é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até junho de 2021, considerando a alíquota de 15%.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo 12 meses.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e suas baixas, com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas pela SUSEP, são como segue: **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do CPC 50 de Contratos de Seguros.

CPC 50 - Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

O CPC 50 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Os normativos, CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP Nº 648, de 12 de novembro de 2021

A Circular SUSEP nº 648/2021 e a Resolução CNSP nº 432/2021 revogaram diversas normas dentre elas a Circular SUSEP nº 517/2015 e Resolução CNSP nº 321/2015, que dispõem de provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; patrimônio líquido ajustado; capital mínimo requerido; limite de retenção constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos; critérios para a realização de investimentos; títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas – FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente, auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio

à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

Incerteza na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro e contribuições de previdência:

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2021			
	PGBL Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.325.959	518.527	17.122.563	26.999.464
Sul	159.197	132.731	3.336.700	1.202.472
Nordeste	122.038	103.043	2.705.525	625.280
Centro Oeste	41.492	61.415	1.726.130	443.949
Norte	23.600	31.771	747.117	231.894
Total	2.672.286	847.487	25.638.035	9.536.010

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2020			
	PGBL Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.255.909	508.164	15.028.521	5.991.648
Sul	140.133	128.781	3.143.711	975.605
Nordeste	105.824	100.592	2.421.472	539.611
Centro Oeste	33.121	63.769	1.517.406	343.665
Norte	22.742	31.733	616.613	179.991
Total	2.557.729	833.039	22.727.723	8.030.520

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco.
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade.
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivalente à relação entre as despesas de sinistros e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do TAP com as aplicações das variações descritas nas premissas acima mencionadas. Os resultados estão apresentados no quadro abaixo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Taxas de juros	Longevidade	Conversão em renda	Taxas de juros (**)
	Variação de -5% (2.708)	0,2 pontos percentuais (333)	5 pontos percentuais (4.256)	ETTJ SUSEP (4.256)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(9.540)	(1.563)	(30.315)	5.967
Todos os planos (fase de concessão)	(1.284)	(331)	-	283
Total (*)	(13.532)	(2.227)	(34.571)	7.234

(*) O impacto considera a compensação da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em cobertura das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento".

(**) Vide nota explicativa 4c.

O teste de sensibilidade para os seguros de pessoas também foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do TAP com as aplicações das variações descritas nas premissas acima mencionadas. Os resultados estão apresentados no quadro abaixo:

Alterações nas premissas	Taxas de juros	Longevidade
	Variação de -5% (13.492)	0,2 pontos percentuais

Para os seguros de pessoas, o quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Seguros de Vida	(26.417)

continua





Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte. Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;

Aplicações/Rating	AAA (*)		AA		A		BBB		BB		B		Sem rating		Exposto exclusivamente a risco de mercado		Total
	Valor justo por meio do resultado																
Título de renda fixa privado	176.640.163	1.906.671	8.096.561	1.055.865	7.355.477	5.599.166	6.813.428										213.084.620
Título de renda fixa público	27.224.831	1.906.671	8.096.561	1.055.865	7.355.477	5.599.166	6.813.428										58.051.999
Título de renda variável	149.415.332	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149.415.332
Disponíveis para a venda	32.267.866	30.463	43.738	200.280	219.824	13.754	67.726										5.617.289
Título de renda fixa privado	197.331	30.463	43.738	200.280	219.824	13.754	67.726										5.617.289
Título de renda fixa público	32.070.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810.017
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810.017
Mantidos até o vencimento	22.320.217	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.320.217
Título de renda fixa privado	182.702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.702
Título de renda fixa público	22.137.515	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.137.515
Total	231.228.246	1.937.134	8.140.299	1.256.145	7.575.301	5.612.920	6.881.154										269.058.505

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 0 a 3 meses	6.158.574	4.119.810
Fluxo de 4 a 12 meses	2.366.439	5.160.136
Fluxo de 13 a 60 meses	18.683.799	20.716.858
Fluxo acima de 60 meses	80.222.145	51.214.209
	107.430.957	81.211.013

- Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.
- O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas, débitos das operações com seguros e resseguro, resseguros e previdência complementar. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento, e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos		103,774
Taxa de câmbio R\$/US\$		R\$ 5,60
Taxa Prefixada de 1 ano		11,81%
Cupom de IPCA de 1 ano		5,67%
Cupom de IGP-M de 1 ano		5,02%

- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e;
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Aplicações financeiras

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

Período	Índices de preços		Moedas		Renda variável		Total sem correlação		Total com correlação	
	Taxa de juros	preços	Estrangeiras	Estrangeiras	variável	correlação	correlação	correlação	correlação	
Dezembro/2021	(121)	(16.347)	(39)	-	-	(16.507)	(16.286)			
Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação dos preços de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações							

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Índices de preços		Moedas		Renda variável		Total sem correlação		Total com correlação	
	Taxa de juros	preços	Estrangeiras	Estrangeiras	variável	correlação	correlação	correlação	correlação	
Dezembro/2021	(121)	(16.347)	(39)	-	-	(16.507)	(16.286)			
Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação dos preços de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações							

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2021	%	2020	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	213.084.620	79,21	213.773.739	80,11
Quotas de fundos especialmente constituídos	209.419.706	77,84	211.617.915	79,28
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	3.620.868	1,35	2.122.374	0,80
Fundos de investimentos de terceiros	12.262	-	18.480	0,01
Fundos Imobiliários	13.609	0,01	15.100	0,01
Swap	18.175	0,01	(130)	0,01
Títulos disponíveis para venda	33.653.668	12,50	24.399.999	9,13
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	27.312.639	10,15	18.545.586	6,95
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	4.822.240	1,79	5.765.346	2,16
Títulos de renda variável - ações	810.017	0,30	7	-
Títulos de renda fixa - debêntures	538.822	0,20	66.233	0,02
Títulos de renda fixa - letras financeiras	159.851	0,06	-	-
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial	10.099	-	9.710	-
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	-	-	13.117	-
Títulos mantidos até o vencimento	22.320.217	8,29	28.731.873	10,76
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	16.744.017	6,22	19.638.008	7,35
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	5.576.200	2,07	9.066.542	3,40
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	-	-	27.323	0,01
	269.058.505	100,00	266.905.611	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido				Acima de 30 dias		Valor contábil/valor justo		Valor ajustado a valor justo (ii)	
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo (ii)				
Títulos a valor justo por meio do resultado	32.913.352	6.122.646	18.955.279	155.093.343	213.084.620	214.849.965	(1.765.345)			
Letras financeiras do tesouro	-	4.863.275	2.529.222	108.776.591	116.169.088	116.290.390	(121.302)			
Notas do tesouro nacional	294.782	-	11.696.352	18.742.966	30.734.100	32.367.544	(1.633.444)			
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	17.816.260	-	-	-	17.816.260	17.816.260	-			
Letras financeiras de emissores privados	457.590	703.963	2.795.209	13.845.744	17.802.506	17.770.464	32.042			
Debêntures	11.785	404.194	1.163.171	10.509.141	12.088.291	11.993.957	94.334			
Ações	5.617.289	-	-	-	5.617.289	5.617.289	-			
Quotas de fundos de investimento	6.178.327	-	-	-	6.178.327	6.178.327	-			
Letras do tesouro nacional	20.733	34.862	303.027	2.153.522	2.512.144	2.652.799	(140.655)			
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	2.306.562	-	-	-	2.306.562	2.306.562	-			
Notas comerciais	-	-	-	813.409	813.409	810.105	3.304			
Depósito a prazo com garantia especial	-	67.231	275.977	96.513	439.721	439.049	672			
Certificado de depósito bancário	24.191	49.121	105.251	115.221	293.784	295.437	(1.653)			
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (iii)	185.833	-	-	-	185.833	185.833	-			
Certificado de Operações Estruturadas	-	-	87.070	-	87.070	85.107	1.963			



	1 a 30 dias ou sem vencimento definido				Acima de 360 dias				Valor contábil/valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo (ii)
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 540 dias	541 a 720 dias	721 a 900 dias	901 a 1080 dias	1081 a 1260 dias	1261 a 1440 dias	1441 a 1620 dias	1621 a 1800 dias	
Títulos a valor justo por meio do resultado	38.217.212	11.610.861	10.063.858	153.881.808	213.773.739	213.020.272	213.020.272	753.467			
Letras financeiras do tesouro	-	7.246.770	8.867.500	109.328.228	125.442.498	125.819.721	125.819.721	(377.223)			
Letras do tesouro nacional	-	280.889	61.709	7.844.886	8.187.484	8.093.233	8.093.233	94.251			
Notas do tesouro nacional	12.503	160.190	-	26.673.905	26.846.598	25.888.769	25.888.769	957.829			
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	10.651.482	-	-	-	10.651.482	10.651.482	10.651.482	-			
Letras financeiras de emissores privados	330	2.957.349	357.106	4.063.339	7.378.124	7.366.301	7.366.301	11.823			
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (iii)	17.212.238	-	-	-	17.212.238	17.212.238	17.212.238	-			
Debêntures	2.574	286.013	307.584	5.161.491	5.757.662	5.688.823	5.688.823	68.839			
Ações	5.943.903	-	-	-	5.943.903	5.943.903	5.943.903	-			
Quotas de fundos de investimento	2.811.459	-	-	-	2.811.459	2.811.459	2.811.459	-			
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	1.436.180	185.291	-	-	1.621.471	1.621.471	1.621.471	-			
Notas comerciais	146.380	349.553	-	-	878.314	879.568	879.568	(1.254)			
Certificado de depósito bancário	163	144.806	376.620	101.982	623.571	622.417	622.417	1.154			
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	10.065	322.196	332.261	332.335	332.335	(74)			
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.161	1.161	1.167	1.167	(6)			
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	2.369	2.369	2.515	2.515	(146)			
Certificado de Operações Estruturadas	-	-	83.274	-	83.274	85.000	85.000	(1.726)			
Swap	-	-	-	-	(130)	(130)	(130)	-			
Títulos disponíveis para venda	13.716	775.485	43.260	23.567.538	24.399.999	19.935.841	19.935.841	4.464.158			
Notas do tesouro nacional	-	769.353	-	23.491.312	24.260.665	19.814.313	19.814.313	4.446.352			
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	13.709	-	-	-	13.709	13.709	13.709	-			
Ações	7	-	-	-	7	-	-	7			
Debêntures	-	-	-	66.233	66.233	48.410	48.410	17.823			
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	9.710	-	9.710	9.716	9.716	(6)			
Letras financeiras do tesouro	-	6.132	33.550	9.993	49.675	49.693	49.693	(18)			
Títulos mantidos até o vencimento	15.468	11.542.574	-	17.173.831	28.731.873	28.731.873	28.731.873	-			
Notas do tesouro nacional	-	11.542.574	-	17.146.508	28.689.082	28.689.082	28.689.082	-			
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	27.323	27.323	27.323	27.323	-			
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	15.468	-	-	-	15.468	15.468	15.468	-			
Total	38.246.396	23.928.920	10.107.118	194.623.177	266.905.611	261.687.986	261.687.986	5.217.625			

i. Em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$ 15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$ 1.053.683, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$ 848.876 (R\$ 805.542 em dezembro de 2020), sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$ 204.807 (R\$ 248.141 em dezembro de 2020).

ii. Para os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" equivale ao valor de curva. O valor de mercado está apresentado na nota 4d.

iii. Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2021	2020
Total das provisões técnicas	264.326.646	257.745.824
(+) Efeito monetário na elaboração do TAP (*)	1.295.070	2.700.356
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(16.037)	(13.114)
Total a ser coberto (A)	265.605.679	260.433.066
Quotas de fundos especialmente constituídos	209.419.706	211.617.915
Quota de fundos de investimentos	25.661.527	29.465.654
Títulos públicos	34.567.252	29.871.219
Títulos privados	270.249	79.114
Total dado em cobertura (B)	269.918.734	271.033.902
Suficiência (B) - (A)	4.313.055	10.600.836

(*) O resultado do teste de adequação de passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021, apresentou uma insuficiência total de R\$ 1.295.070 que foi integralmente compensada pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores. Os contratos foram agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52, parágrafo 7º dessa Circular.

Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) seria revista pela SUSEP durante o ano de 2020, incluindo entre outros, a revisão na metodologia de extrapolação ("Ultimate Forward Rate" - UFR) e revisão da curva de IGPM (diante da baixa liquidez dos ativos disponíveis). Até que seja concluído a avaliação, por parte da SUSEP, a mesma determinou a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado caso fosse utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP. A insuficiência do TAP, se apurada considerando a ETTJ elaborada pela SUSEP, em 31 de dezembro de 2021, seria de R\$ 1.244.173, que também seria integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento". Adicionalmente, o impacto no resultado e Patrimônio Líquido, originado da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), que tem como metodologia de cálculo fluxo de caixa descontado pela ETTJ, se utilizado a ETTJ elaborada pela SUSEP, seria de (R\$ 7.234), líquido de impostos.

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2021			2020			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total	Nível1	Nível2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	161.210.948	51.873.672	-	213.084.620	169.231.942	44.541.797	213.773.739
Letras financeiras do tesouro	116.169.088	-	-	116.169.088	125.442.498	-	125.442.498
Notas do tesouro nacional	30.734.100	-	-	30.734.100	26.846.598	-	26.846.598
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	17.816.260	-	17.816.260	-	10.651.482	10.651.482
Letras financeiras de emissores privados	-	17.802.506	-	17.802.506	-	7.378.124	7.378.124
Debêntures	-	12.088.291	-	12.088.291	-	5.757.662	5.757.662
Ações	5.617.289	-	-	5.617.289	5.943.903	-	5.943.903
Quotas de fundos de investimentos	6.178.327	-	-	6.178.327	2.811.459	-	2.811.459
Letras do tesouro nacional	2.512.144	-	-	2.512.144	8.187.484	-	8.187.484
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	2.306.562	-	2.306.562	-	1.621.471	1.621.471
Notas comerciais	-	813.409	-	813.409	-	878.314	878.314
Depósito a prazo com garantia especial	-	439.721	-	439.721	-	332.261	332.261
Certificados de depósitos bancários	-	293.784	-	293.784	-	623.571	623.571
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(*)	-	185.833	-	185.833	-	17.212.238	17.212.238
Certificado de Operações Estruturadas	-	87.070	-	87.070	-	83.274	83.274
Swap	-	18.175	-	18.175	-	(130)	(130)
Certificado de recebíveis imobiliários	-	16.453	-	16.453	-	1.161	1.161
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	5.608	-	5.608	-	2.369	2.369
Títulos disponíveis para venda	32.070.537	773.116	810.015	33.653.668	24.320.057	79.942	24.399.999
Notas do tesouro nacional	32.012.039	-	-	32.012.039	24.260.665	-	24.260.665
Ações	2	-	810.015	810.017	7	-	7
Debêntures	-	538.823	-	538.823	-	66.233	66.233
Letras financeiras de emissores privados	-	159.851	-	159.851	-	-	-
Letra financeira do tesouro - operação compromissada/outros(*)	-	67.212	-	67.212	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	48.397	-	-	48.397	49.675	-	49.675
Letra financeira do tesouro - judiciais	10.099	-	-	10.099	9.710	-	9.710
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	7.230	-	7.230	-	-	-
Letra do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	-	-	-	-	13.709	13.709
Títulos mantidos até o vencimento (**)	25.057.867	182.702	-	25.240.569	35.004.241	43.000	35.047.241
Notas do tesouro nacional	25.057.867	-	-	25.057.867	35.004.241	-	35.004.241
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	182.690	-	182.690	-	-	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	12	-	12	-	15.468	15.468
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	27.332	27.332
Total	218.339.352	52.829.490	810.015	271.978.857	228.556.240	44.664.739	273.220.979

- (*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.
- (**) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "Disponível para Venda" e os fundos de investimentos especialmente constituídos (PGBL/VGBL), atingiu 432,41% no acumulado do período, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 5,45%, IGPM 6,84% e 7,58% PRÉ (títulos prefixados) e 100% da Selic (títulos pós-fixados).

f. Movimentação das aplicações financeiras

	2021			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro de 2021	213.773.739	24.399.999	28.731.873	266.905.611
(+) Aplicações	91.637.959	21.178.531	2.710.068	115.526.558
(-) Resgates	(96.886.087)	(11.071.420)	(14.278.454)	(122.235.961)
(+) Rendimentos	4.559.009	4.336.434	5.156.730	14.052.173
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(5.189.876)	-	(5.189.876)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2021	213.084.620	33.653.668	22.320.217	269.058.505

	2020			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro de 2020	213.349.417	21.107.310	24.455.346	258.912.073
(+) Aplicações	56.429.614	7.586.843	60	64.016.517
(-) Resgates	(62.058.763)	(5.706.451)	(1.813.518)	(69.578.732)
(+) Rendimentos	6.053.471	1.923.560	6.089.985	14.067.016
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(511.263)	-	(511.263)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2020	213.773.739	24.399.999	28.731.873	266.905.611

(i) As movimentações realizadas na categoria "Mantidos até o Vencimento" correspondem ao vencimento e ao fluxo de recebimento de cupons dos títulos.

5 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos de taxas de juros e inflação (futuro de DI, DAP, swaps e opções) ou de renda variável (desde que permitidas pela política de investimento do fundo), alocadas em fundos de previdência, têm por objetivo a síntese de posições no mercado destes fatores de risco ou a proteção contra os efeitos da variação dos preços desses ativos como títulos públicos (LFTs e das NTN's F, B e C) e/ou títulos privados no primeiro caso e ações no segundo caso. As demais operações com derivativos, alocadas em carteira própria, visa a equalização e hedge econômico, entre o descasamento do ativo com o fluxo do passivo atuarial.

As operações com derivativos não podem gerar a possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio líquido do fundo de investimento e não podem ser realizadas sem garantia da contraparte central da operação.

Adicionalmente as posições em mercados derivativos devem observar as seguintes condições: I - margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo; e II - valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

a. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	2021			
	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra:	21.393.762	3.778.498	2.465	2.465
Mercado interfinanceiro	16.588.186	2.783.819	16.672	16.672
Moeda estrangeira	2.599.291	994.679	(15.674)	(15.674)
Outros	2.206.285	-	1.467	1.467
Compromissos de venda:	18.086.399	471.135	20.044	20.044
Mercado interfinanceiro	13			



	2021	2020
b. Faixas de vencimento		
A vencer		
Até 30 dias (*)	132.486	161.312
De 31 a 120 dias	6.932	3.001
Acima de 121 dias	2.501	2.237
Total a vencer	141.919	166.550
Vencidos:		
Até 30 dias	40.853	34.917
De 31 a 120 dias	48.948	54.672
Acima de 121 dias	86.820	95.970
Total vencidos	176.621	185.559
Subtotal	318.540	352.109
Redução ao valor recuperável	(97.090)	(99.516)
Total	221.450	252.593

(*) Os Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos estão alocados integralmente na faixa "a vencer - até 30 dias"

	2021	2020
c. Movimentação dos prêmios a receber		
Saldo em 1º de janeiro (*)	202.177	311.429
(+) Prêmios emitidos	11.260.828	9.802.235
(+) IOF	38.049	32.040
(-) Prêmios cancelados	(594.892)	(949.106)
(-) Recebimentos	(10.711.854)	(9.001.249)
Constituição de provisão para perda	2.426	(826)
Transferência de Carteira	-	7.654
Saldo em 31 de dezembro (*)	196.734	202.177

(*) Não contempla os prêmios de riscos vigentes não emitidos e prêmios de cosseguro aceito no montante de R\$ 24.716 (R\$ 50.416 em 2020).

	2021	2020
7 Ativos de resseguro e operações com resseguro		
a. Composição		
Ativos de Resseguro		
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	5.841	7.671
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	13.940	13.057
Provisão de sinistros a liquidar	9.813	5.443
Provisão despesas Renacionadas (PDR)	383	-
Operações com Resseguro	998	9.930
Sinistros a recuperar	1.204	18.150
Redução ao valor recuperável	(206)	(8.220)
Total	30.975	36.101

	2021	2020
b. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguro		
Saldo em 1º de janeiro	36.101	26.883
Constituição líquida de reversões	8.043	10.762
Sinistros recuperados	(20.015)	(6.059)
Atualização monetária e juros de sinistros	(542)	(1.531)
Outras movimentações	7.388	(2.784)
Transferência de Carteira	-	8.830
Saldo em 31 de dezembro	30.975	36.101

		2021				
		Prêmio cedido (nota 21e)	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros (nota 21e)	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar
c. Composição por ressegurador						
Resseguradores	Categoria					
IRB Brasil Resseguros	Local	(18.279)	10.009	8.609	1.204	9.813
Munich RE	Local	-	1.031	-	-	-
Mapfre RE	Local	(2.690)	2.018	-	-	-
		(20.969)	13.058	8.609	1.204	9.813
2020						
Resseguradores	Categoria					
IRB Brasil Resseguros	Local	(17.608)	9.203	7.481	18.150	5.443
Munich RE	Local	-	1.204	-	-	-
Mapfre RE	Local	-	2.226	-	-	-
		(17.608)	12.633	7.481	18.150	5.443

	Adoção inicial em 01/01/2021	Aquisição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
8 Ativo de direito de uso				
Imóveis	28.353	974	(6.106)	23.221
Veículos	-	88	(22)	66
Total	28.353	1.062	(6.128)	23.287

		2021					2020				
		Não Circulante		Total	Circulante		Total		Circulante		Total
9 Ativos e passivos fiscais											
a. Créditos tributários e previdenciários											
Impostos a compensar	8.724	-	8.724	6.006	6.006	-	-	-	-	-	-
ILL	4.337	-	4.337	4.211	4.211	-	-	-	-	-	-
INSS - aviso prévio	2.861	-	2.861	2.820	2.820	-	-	-	-	-	-
Finsocial	665	-	665	646	646	-	-	-	-	-	-
Créditos e tributos diferidos (c-i)	-	1.190.957	1.190.957	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	-	(22.905)	(22.905)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16.587	1.168.052	1.184.639	13.683	13.683	-	-	-	-	-	-

		2021					2020				
		Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Total		Circulante	Total	
b. Tributos diferidos líquidos											
Créditos tributários diferidos (c-i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(708.570)	
Tributos diferidos (c-ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.904.190	
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.195.620	

		2021					2020				
		Circulante		Total	Circulante		Total		Circulante		Total
c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos											
(i) Movimentação de créditos tributários diferidos											
		Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Provisões judiciais - cíveis		242.057	37.498	(89.902)	189.653	242.057	37.498	(89.902)	189.653	242.057	189.653
Provisões para riscos de crédito		303.445	-	(93.629)	209.816	303.445	-	(93.629)	209.816	303.445	209.816
Provisões judiciais - fiscais		27.908	1.504	-	29.412	27.908	1.504	-	29.412	27.908	29.412
Provisões para desvalorização/MTM		3.041	-	(3.041)	-	3.041	-	(3.041)	-	3.041	-
Provisões judiciais - trabalhistas		40.076	4.951	(2.027)	43.000	40.076	4.951	(2.027)	43.000	40.076	43.000
Outros		92.043	455.732	(37.064)	510.711	92.043	455.732	(37.064)	510.711	92.043	510.711
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		708.570	499.685	(225.663)	982.592	708.570	499.685	(225.663)	982.592	708.570	982.592
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda		-	545.541	(337.176)	208.365	-	545.541	(337.176)	208.365	-	208.365
Total dos créditos tributários		708.570	1.045.226	(562.839)	1.190.957	708.570	1.045.226	(562.839)	1.190.957	708.570	1.190.957

		2021					2020				
		Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização/ reversão	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização/ reversão	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
(ii) Movimentação dos tributos diferidos											
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda		1.884.919	526.154	(2.411.073)	-	1.884.919	526.154	(2.411.073)	-	1.884.919	-
Atualização de depósito judicial		19.271	6.615	(2.981)	22.905	19.271	6.615	(2.981)	22.905	19.271	22.905
Total		1.904.190	532.769	(2.414.054)	22.905	1.904.190	532.769	(2.414.054)	22.905	1.904.190	22.905

		2021					2020				
		Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Transferência de Carteira	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Transferência de Carteira	Saldo em 31/12/2020
(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias											
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda		2.145.074	-	(260.155)	-	1.884.919	2.145.074	-	(260.155)	-	1.884.919
Atualização de depósito judicial		47.319	2.895	(32.162)	1.219	19.271	47.319	2.895	(32.162)	1.219	19.271
Total		2.192.393	2.895	(292.317)	1.219	1.904.190	2.192.393	2.895	(292.317)	1.219	1.904.190

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 929.432 (R\$ 679.933 em 2020).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Sinistros brutos de resseguro												
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	1.191.045	1.235.104	1.305.822	1.330.460	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.027	1.486.498	1.790.466	2.637.218	-
Um ano após o aviso	1.188.264	1.226.271	1.298.610	1.373.160	1.425.789	1.491.439	1.487.961	1.416.097	1.485.510	1.773.817	-	-
Dois anos após o aviso	1.188.774	1.236.289	1.326.512	1.368.575	1.403.515	1.468.731	1.503.531	1.455.934	1.520.074	-	-	-
Três anos após o aviso	1.197.625	1.236.075	1.309.876	1.277.276	1.323.436	1.449.190	1.519.097	1.451.634	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.195.079	1.234.363	1.296.147	1.242.937	1.310.005	1.462.168	1.536.394	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.201.083	1.233.898	1.304.644	1.224.932	1.300.747	1.477.622	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.200.703	1.239.976	1.299.984	1.220.007	1.308.434	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.209.690	1.240.781	1.315.365	1.231.712	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	1.198.625	1.248.267	1.324.882	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	1.205.411	1.263.082	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	1.349.422	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	1.349.422	1.263.082	1.324.882	1.231.712	1.308.434	1.477.622	1.536.394	1.451.634	1.520.074	1.773.817	2.637.218	16.874.291
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.185.370)	(1.219.341)	(1.265.615)	(1.161.601)	(1.217.330)	(1.364.252)	(1.378.446)	(1.280.113)	(1.298.558)	(1.495.544)	(2.019.368)	(14.885.538)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial)	164.052	43.741	59.267	70.111	91.104	113.370	157.948	171.521	221.516	278.273	617.850	1.988.753

Não foram considerados no desenvolvimento as operações de retrocessão de R\$ 2.334. O valor da Provisão de sinistros a liquidar de Resseguro monta R\$ 9.813.

	Saldo em 31/12/2020	Aquisição/ Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
10 Ativos intangíveis				
Sistema de Computação	128.069	64.047	(30.853)	161.263
Total	128.069	64.047	(30.853)	161.263
	Saldo em 01/01/2020	Aquisição/ Baixa (*)	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Sistema de Computação	157.910	2.767	(32.608)	128.069
Total	157.910	2.767	(32.608)	128.069

(*) Em continuidade ao aperfeiçoamento e configuração dos ativos considerados intangíveis, utilizando-se do processo de gestão orçamentária e do portfólio de projetos, denominado Otimize, a Campanha realizou reavaliação na qual concluiu que determinados ativos não resultariam mais em benefícios econômicos futuros para a Companhia, sendo assim, foi efetuado a baixa no montante R\$ 56.985 em contrapartida a rubrica ganhos e perdas com ativos não correntes no resultado do exercício.

	2021	2020
11 Obrigações a pagar		
Fornecedores	56.388	43.131
Pagamentos a efetuar	7.537	12.336
Participação nos lucros a pagar	8.789	6.111
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	10.794	6.891
Outras obrigações	1.251.769	206.365
Total	1.335.277	274.834

	2021	2020
<		



f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	2021	2020
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	159.880	172.423
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	125.871	148.666
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	132.397	155.090
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	61.939	73.353

16 Outros débitos

a. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

INSS – A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

- INSS - Contribuição previdenciária Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – A companhia discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição. Em outubro de 2020, em decorrência do Julgamento da ADI 4673 a Companhia protocolou junto ao STF sua desistência na discussão sobre a incidência da contribuição e, dessa forma, o valor do depósito judicial correspondente, no montante de R\$ 170.484 (R\$ 166.339 em 31 de dezembro de 2020) será revertido a favor da União.

- INSS – Valor provisionado R\$ 62.776 – Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas a contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de Previdência Privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas a incidência de tal tributação (R\$ 38.073) e a multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes (R\$ 24.703).

ii. Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". As horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

iii. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações. As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% ao mês.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), sendo formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	74.297	100.191	605.146	1.742	781.376
Constituição líquida de reversões	(1.968)	681	27.726	(90)	26.349
Pagamentos	-	(5.750)	(224.754)	-	(230.504)
Constituição de atualização monetária	2.035	12.377	66.020	-	80.432
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.364	107.499	474.138	1.652	657.653

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	238.688	126.071	607.269	1.222	973.250
Constituições líquidas de reversões	(164.391)	(28.716)	173.099	520	(19.488)
Pagamentos	-	(12.223)	(241.565)	-	(253.788)
Constituição de atualização monetária	-	15.059	58.136	-	73.195
Transferência de Carteira (Nota 1a)	-	-	8.207	-	8.207
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.297	100.191	605.146	1.742	781.376

Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

- PIS e COFINS da Kirton Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018, no montante de R\$ 136.163 (R\$ 133.494 em 2020). Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definiu o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos. Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2021	2020
Cíveis e trabalhistas	310.946	213.957
IR e CSLL	22.067	21.748
Sinistros	27.889	29.976
Outros	2.035	2.832
Total	362.937	268.513

(*) Variação referente a realização do processo LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991, conforme nota explicativa 15i.

c. Passivo de arrendamento

	Imóveis	Veículos	Saldo em 31/12/2021
Até um ano	5.649	28	5.677
Entre um e cinco anos	17.166	39	17.205
Acima de cinco anos	1.415	-	1.415
Total	24.230	67	24.297

17 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 193.707 (193.699 em dezembro de 2020) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 29 de março de 2021, foi deliberado por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital, no montante de R\$ 136.335 sem emissão de ações ordinárias nominativas, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de lucros – Reserva legal".

Em 24 de maio de 2021, foi deliberado por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital, no montante de R\$ 310 com emissão de 8 ações ordinárias nominativas a favor do acionista Bradesco Seguros S.A., em decorrência da absorção da parcela cindida do Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros, referente a carteira de pessoas, nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, firmado em 27 de novembro de 2020.

Estes atos societários foram aprovados pelas Portaria SUSEP/DIR 1 nº 40, de 15 de julho de 2021 e SUSEP/CGRAJ Nº 272, de 21 de julho de 2021.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Durante o exercício de 2021, foi deliberado pelos Administradores, através de Reunião da Diretoria, realizada em 3 de agosto, a destinação de dividendos no montante de R\$ 1.216.238 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária e também o pagamento de dividendos antecipados no montante de R\$ 283.762 como parte de distribuição do resultado de 2021.

Também foram creditados aos acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 190.000, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido, limitados a 50% do resultado antes da provisão para o imposto de renda. Os juros reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 85.500.

A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.802.717	2.686.655
Constituição da reserva legal	(90.136)	-
Base de cálculo dos dividendos	1.712.581	2.686.655
Dividendos pagos	283.762	1.355.417
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte)	161.500	97.750
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	26,00%	54,09%

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

18 Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

A Resolução CNSP nº 432/21, estabelece que as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no patrimônio líquido contábil ou no patrimônio social contábil, considerando os ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos. O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR). O CR é apurado com base na soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, conforme demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	4.453.116
Ajustes contábeis	(626.452)
(-) Despesas antecipadas	(955)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(434.862)
(-) Ativos intangíveis	(161.263)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG	(29.372)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	2.863.801
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.606.194
(-) Redução no TAP referente à diferença de mercado dos ativos vinculados	(712.289)
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.969.896
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	6.484.791
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 1 com limitador	3.964.475
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 2 com limitador	1.764.221
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 3 com limitador	756.095
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 1	3.964.475
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 2	1.969.896
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 3	756.095
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	5.040.632
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II) (*)	5.040.632
Capital adicional de risco de subscrição	3.105.089
Capital adicional de risco de crédito	407.480
Capital adicional de risco de mercado	2.730.024
Capital adicional de risco operacional	211.490
Efeito da correlação (benefícios)	(1.413.451)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	1.444.159

(*) O cálculo do capital de risco corresponde a soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução SUSEP nº 432/2021.

19 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2021 foi de R\$ 14.013 (R\$ 11.742 em 2020), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 131.822 (R\$ 113.606 em dezembro 2020), sendo: benefícios concedidos R\$ 67.936 (R\$ 57.275 em dezembro de 2020), benefícios a conceder R\$ 63.886 (R\$ 56.331 em dezembro de 2020).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

20 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a)	20.946.651	29.734.602	95.125	-
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b) (m)	72	1.381	27.239	33.174
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	-	-	2.550	5.100
Fleury S.A. (empresa ligada) (a)	7.320	6.060	-	-
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (k)	4	4	-	-
LAFE Serviços Diagnósticos Ltda. (empresa ligada) (k)	-	3	-	-
Europ Assistence do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (d)	-	-	8.488	14.832
Novamed Gestão de Clínicas S.A. (empresa ligada) (e)	-	-	38	48
Total	20.954.047	29.742.050	133.440	53.154

	Receitas		Despesas	
	2021	2020	2021	2020
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b)	-	-	(466.777)	(404.981)
Europ Assistence do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (d)	-	-	(99.590)	(91.104)
BPAP Corretagem de Seguros Ltda. (empresa ligada) (f)	-	-	(28.002)	(23.458)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	-	-	(30.600)	(30.600)
Bradesco Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (f)	-	-	(171)	(127)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (h)	8.240	4.354	(7.689)	(6.255)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços Ltda. (empresa ligada) (c)	-	-	(13.385)	(8.237)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (i)	-	-	(7.567)	(6.149)
Fleury S.A. (empresa ligada) (l)	6.728	6.159	-	(414)
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (l)	16	18	-	-
LAFE Serviços Diagnósticos Ltda. (empresa ligada) (l)	7	13	-	-
Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (f)	-	-	(45.204)	(5.601)
Novamed Gestão de Clínicas S.A. (empresa ligada) (e)	-	-	(471)	(541)
Nível S.A. (f)	-	-	(2.441)	(10.386)
Alelo S.A. (f) (j)	-	-	(10.274)	(13.875)
Santecorp Holding Ltda. (l)	7	-	-	-
Saúde Newco Ltda. (l)	21	-	-	-
Total	15.019	10.544	(712.171)	(601.728)

(a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.

(b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades.

(c) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.

(d) Refere-se a provisão/serviços de assistência 24 horas.

(e) Refere-se a serviços de assistência médica.

(f) Custo de aquisição/comissão.

(g) Refere-se a serviços de call center.

(h) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.

(i) Despesas com alugueis.

(j) Despesas com alimentação.

(k) Prêmios a receber.

(l) Prêmio emitido/receita de contribuição.

(m) Refere-se a dividendos a pagar.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;

- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e

- Foi determinado o valor máximo de R\$ 13.400 (R\$ 13.250 em 2020), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 9.500 (R\$ 9.300 em 2020) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2021	2020
Proventos	13.400	8.340
Encargos sociais	3.015	1.877
Planos de previdência complementar de contribuição definida	9.500	9.300
Total	25.915	19.517

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4(b), tem como contraparte o Banco Bradesco S.A.

A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da administração.

21 Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	4.803.027	53,35	17,27
Previdência - risco	606.164	51,24	3,47
Total	5.409.191		

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	4.264.605	39,84	17,93
Previdência - risco	691.375	14,73</	



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

j. Despesas com tributos		
	2021	2020
Despesas com COFINS	(185.972)	(218.232)
Despesas com PIS	(30.221)	(35.087)
Despesas com ISS	(37.863)	(38.248)
Despesas com taxa de fiscalização	(5.269)	(3.613)
Outras despesas com tributos	(2.467)	(823)
Total	(261.792)	(296.003)

k. Resultado financeiro		
i. Receitas financeiras		
	2021	2020
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios	4.339.872	5.949.245
Receitas com títulos de renda fixa	9.784.356	8.269.764
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações	33.868	277.075
Receitas com títulos de renda variável	27.290	10.140
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	11.550	9.013
Outras receitas financeiras	5.698	22.391
Receitas com operações de seguros e resseguros	5.929	1.693
Total	14.208.563	14.539.321
ii. Despesas financeiras		
Despesas financeiras com operações de VGBL	(3.750.773)	(5.013.649)
Despesas financeiras com operações de previdência e PGBL	(6.826.425)	(7.090.249)
Despesas com operações com seguros e resseguros	(1.962.212)	(918.100)
Despesas com títulos de renda fixa	(48.733)	(9.120)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(94.337)	(89.055)
Despesas com títulos de renda variável - ações	-	(112.486)
Atualização monetária de processos judiciais e juros	(80.432)	(73.195)
Despesas com títulos de renda variável	(7.277)	(13.889)
Outras despesas de seguros	(2.504)	(1.692)
Despesas com arrendamento	(2.473)	-
Total	(12.775.166)	(13.321.435)
Total	1.433.397	1.217.886

l. Imposto de renda e contribuição social		
	2021	2020
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias	270.387	20.556
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.497.083)	(1.677.501)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.226.696)	(1.656.945)
23 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social		
	2021	2020
Resultado antes de impostos e participações	3.040.276	4.349.767
(-)Juros sobre capital próprio	(190.000)	(115.000)
Resultado ajustado	2.850.276	4.234.767
- Adições	1.194.929	231.749
- Excluídas	(639.002)	(221.431)
Lucro tributável	3.406.203	4.245.085
- Tributos correntes	(1.532.790)	(1.698.034)
- Tributos diferidos	270.387	20.555
- PAT	849	1.453
- Incentivos Fiscais	31.784	21.159
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	3.074	(2.078)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(1.226.696)	(1.656.945)
Alíquota efetiva	43,04%	39,13%

24 Informações complementares
 O exercício de 2021 foi influenciado pelos efeitos da pandemia da Covid-19 no país, com impactos sobre as taxas de transmissão da doença, internações e óbitos. Após o primeiro semestre impactado pela segunda onda da pandemia, o segundo semestre foi marcado pelo avanço na vacinação e redução das curvas de infecção e óbito. Houve uma recuperação do nível de atividade do mercado de seguros, com evolução no faturamento da companhia em comparação ao período anterior.

A Bradesco Vida e Previdência segue intensificando esforços para facilitar e aprimorar a jornada de seus clientes desde a contratação até o sinistro nos diversos canais, desenvolver soluções que atendam as diversas necessidades dos clientes, sobretudo com investimento crescente em tecnologia e inovação, tendo em vista as oportunidades de tendências positivas do setor.

a. Relatório do Comitê de Auditoria
 O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis da Bradesco Seguros S.A. (controladora) em 25 de fevereiro de 2022 no jornal Valor Econômico.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser - Diretor-Presidente
 Américo Pinto Gomes - Diretor-Gerente
 Jair de Almeida Lacerda Júnior - Diretor-Gerente
 Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor-Gerente
 Alexandre Nogueira da Silva - Diretor

Bernardo Ferreira Castello - Diretor
 Gedson Oliveira Santos - Diretor
 Pedro Bosquiero Junior - Diretor
 Valdirene Soares Secato - Diretora
 Vinicius Marinho da Cruz - Diretor

Bernardo Ferreira Castello
 Atuário - MIBA 1717

João Batista Zorzete
 Contador - CRC 1SP248285/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2(n) e 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar as provisões técnicas de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que está contida na provisão de sinistros a liquidar (PML), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros e previdência privada mencionadas acima como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas e essa subjetividade foi agravada pela incerteza relacionada aos possíveis efeitos no cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19. Pequenas variações em determinadas premissas podem resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Abaixo estão relacionados os principais procedimentos que realizamos para tratar esse principal assunto de auditoria: Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à realização do teste de adequação de passivos e à mensuração das provisões técnicas. Isto incluiu controles relativos a (1) o desenvolvimento e a aprovação das metodologias atuariais e premissas relacionadas a longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros; e (2) a revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.

Envolvemos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:

(1) na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima, mediante a comparação com práticas de mercado; (2) na avaliação das premissas relacionadas a longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros, utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas, por meio de comparação com as práticas utilizadas pelo mercado e as informações históricas da Companhia, incluindo os eventuais impactos da pandemia da Covid-19 em tais premissas; (3) a testar, por meio de amostragem, a exatidão matemática do teste de adequação de passivos e do cálculo das provisões técnicas mencionadas acima, com base nas informações históricas da Companhia, metodologias e premissas; (4) no desenvolvimento, por meio de amostragem, de estimativa independente da IBNR e IBNER, utilizando técnicas atuariais geralmente aceitas e premissas independentes; e (5) na avaliação das projeções de sinistros realizadas pela Companhia, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Companhia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados manuais nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Companhia fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Companhia de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo.

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis;
- Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri - SP

CNPJ: 51.990.695/0001-37

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda
 CRC SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
 Contador CRC 1SP212059/O-0



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
 CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
 Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
 Corporate Tower Torre Norte, andar 6, conj 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

